

## **VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DE MULHERES DA FAVELA DA MANGUEIRINHA/RJ**

Antônio Carlos de Oliveira  
Luciana Moreira de Araújo

**Resumo:** Este artigo apresenta uma análise de estratégias de resistência por parte de mulheres em situação de violência de gênero, moradoras de território periférico no Rio de Janeiro/Brasil. O acesso a suas histórias se deu por meio de entrevistas narrativas, analisadas a partir da tríade de conceitos habitus – capital cultural – campo, e estudos de gênero, violência e família. Os resultados denotam a existência de formas de enfrentamento à violência de gênero, a partir de estratégias construídas pelas mulheres no contexto sociocultural de que fazem parte, possibilitando o questionamento de explicações essencialistas, binárias e judicializantes.

**Palavras-chave:** Violência de gênero, estratégias de resistência, mulheres, favela.

### **Violencia de género y estrategias de resistencia de las mujeres de lo barrio marginal de la Mangueirinha/RJ**

**Resumen:** Este trabajo presenta un análisis de las estrategias de resistencia de las mujeres en situación de violencia de género, residentes en el territorio periférico de Rio de Janeiro/Brasil. El acceso a sus historias ocurrió por medio de entrevistas narrativas, analizadas desde la tríada de conceptos de habitus – capital cultural – campo, y estudios de género, violencia y familia. Los resultados muestran que hay maneras de hacer frente a la violencia de género, por medio de estrategias construidas por mujeres en el contexto sociocultural al que pertenecen, lo que permite el cuestionamiento de explicaciones esencialistas, binarias y judicializantes.

**Palabras clave:** Violencia de género, estrategias de resistencia, mujeres, barrios marginales.

### **Gender violence and resistance strategies of the women from slum in Mangueirinha/RJ**

**Abstract:** This paper presents an analysis of resistance strategies by women in gender violence situation, who are residents of peripheral territories in Rio de Janeiro/Brazil. The access to their stories was made by narrative interviews, analyzed through the concept triad of habitus – cultural capital – field, and studies of gender, violence and family. The results show that there are ways of coping with gender violence, as from strategies built by women in the sociocultural context they belong to, allowing the questioning of essentialist, binary and judicializing explanations.

**Keywords:** Gender violence, resistance strategies, women, slum.

#### **Introdução**

O presente artigo apresenta a análise das estratégias de resistência (Ferrer, 2011)<sup>1</sup> acionadas por mulheres moradoras de uma favela da Baixada Fluminense, frente às situações de violência de gênero<sup>2</sup> presentes em seus relacionamentos afetivossexuais com seus parceiros íntimos.

O cotidiano profissional descortinou o objeto de pesquisa ao longo de quatro anos de trabalho como assistente social em um território vulnerabilizado, atravessado pela violência estrutural e outras formas de violência. Tendo como ponto de partida um grupo reflexivo com mulheres em situação de violência de gênero, acessamos suas histórias e questionar a violência que surge e circula na dinâmica relacional com seus parceiros.

Por meio de entrevistas narrativas, foi possível conhecer como mulheres pobres<sup>3</sup>, alijadas do mercado de trabalho formal, com grau de escolaridade situado no nível fundamental (que no Brasil corresponde a nove anos) ou abaixo deste avaliavam e lidavam com suas experiências frente à

violência de gênero, já que dentre as entrevistadas nenhuma denunciou seu parceiro nos serviços públicos formalmente instituídos para tal finalidade, a despeito de conhecimento acerca da Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha.<sup>4</sup>

As entrevistas permitiram a aproximação dos recursos de que dispõem ou do capital cultural<sup>5</sup> que acionam para construir suas estratégias de resistência no contexto em que se inserem. A análise das narrativas denota a existência de formas de enfrentamento à violência de gênero por parte das mulheres, a partir da sua capacidade de agência com o quantum de capital cultural de que dispõem, possibilitando o questionamento de explicações essencialistas, binárias e judicializantes na compreensão das relações por elas estabelecidas.

No Brasil, há expressivo quantitativo de trabalhos dedicados a discutir a violência de gênero com recortes voltados para a análise da legislação, de políticas públicas (ou ausência delas) e ainda da rede de atendimento à violência contra a mulher (SUÁREZ; BANDEIRA, 2002; ROMEIRO, 2009; MORAES; GOMES, 2009; CORTIZO; GOYENECHÉ, 2010; POUGY, 2010). Nosso interesse se concentra em pensar nos sujeitos que experienciam a violência de gênero a partir de suas próprias perspectivas, histórias e recursos – denominados aqui estratégias de resistência – que acionam para gerenciar suas vidas.

Deste modo analisamos a violência de gênero e as estratégias de resistência geradas no âmbito cotidiano das relações afetivossexuais de mulheres inseridas em determinado contexto sócio-histórico, com práticas de sociabilidade definidas (BILAC, 1995) que, por sua vez, reproduzem e reificam *habitus*<sup>6</sup> pertinentes àquele campo de relações objetivas<sup>7</sup>.

O fato de não registrarem ocorrências de violência constituiu a principal questão da pesquisa, e partindo do suposto de que tal “opção” não lhes conferia passividade ou vitimização. O estranhamento daquele cotidiano foi o ponto de partida para revisitar singularidades à luz de uma abordagem qualitativa, que privilegia os sujeitos sociais, suas relações, valores, crenças e os processos da vida humana.

Os instrumentos utilizados para produção de dados foram o diário de campo e a entrevista narrativa com a questão gerativa “Mulher gosta de apanhar...” (instrumento provocativo para evocar ideias e reflexões, embora constituindo uma assertiva de que discordamos totalmente). Partes de seus depoimentos estão transcritos na próxima seção, a partir dos seguintes marcadores: (a) comentários entre parênteses são esclarecimentos sobre o trecho da entrevista; (b) o aumento do tom de voz está demarcado pelo recurso à grafia em caixa alta; (c) cortes de trechos são indicados por reticências entre parênteses; e (d) segmentos merecedores de destaque são apresentados em negrito como forma de enfatizar palavras e expressões adotadas pelas entrevistadas. As mulheres são identificadas pelas letras A, B, C, D e E.

No campo das relações de gênero, os agentes envolvidos e aqui identificados – como as mulheres, seus parceiros, familiares e instituições locais (igrejas, projetos sociais, delegacias especializadas, unidades de polícia pacificadoras, integrantes do tráfico de drogas) – compõem o contexto estudado, com suas posições hierárquicas e historicamente definidas e a contribuição de cada um/uma na produção e reprodução do *habitus* constitutivo da violência de gênero.

## **Violências e resistências**

A conflitualidade interpessoal e a violência muitas vezes são tratadas como um código da sociabilidade, expresso por habitus incorporados, reproduzido por agentes que disputam posições ancoradas no campo. De acordo com a lógica patriarcal – influenciada pela perspectiva feminista e marxista – a mulher estaria submetida ao poder do macho, onde a violência, naturalizada e compreendida como uma expressão desta lógica, adviria do processo de socialização dentro da cultura machista. A mulher, ainda que compreendida como sujeito social autônomo, estaria historicamente vitimada pelo controle social masculino.

Não obstante a relevância de tais contribuições, não contemplam a dimensão relacional da violência de gênero, uma vez essencializados os lugares de vítima e agressor. A violência de gênero envolve relações de poder, mas de um poder que circula, ainda que desigualmente, entre homens e mulheres. Não se trata de negar a vulnerabilização feminina. Antes disso, reconhecer as desvantagens sócio-históricas agregadas também à sua capacidade de agência implica no cuidado para não produzir lugares estanques, destituídos de tensões e ambivalências.

É preciso assinalar que a figura de uma mulher vítima de violência, tiranizada, destituída de qualquer possibilidade de enfrentamento acabou por se tornar um molde para avaliar todos os casos de violência de gênero. Entretanto, o papel de vítima também pode ser apreendido como uma construção histórica, se pensarmos na legitimação moral e no reconhecimento social dado ao sofrimento. Existe uma forma, um código de manifestar e expressar sofrimento que o torna inteligível ao outro, estabelecendo uma linguagem, referenciada a um sistema simbólico, que é atravessada por uma tensão de ordem moral<sup>8</sup>. Até que ponto pessoas envolvidas em situações de violência podem expressar o teor dos seus sentimentos se estes não estiverem dentro do esperado para o lugar aceito socialmente como o da vítima? O que pode ser trazido à luz e o que será relegado considerando quem está na posição de ouvinte? Por que muitas mulheres em situação de violência não reconhecem a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e outros serviços instituídos como espaços de escuta para o quadro que vivenciam? Principalmente para aquelas que não decidem, sem hesitação, pela separação do companheiro? No contexto atual há uma limitação constituída por dois rótulos para as mulheres em situação de violência: se não é qualificada como uma vítima, corre sério risco de ser classificada como ‘sem-vergonha’, no caso de decidir permanecer na relação afetiva em que se constata ocorrer violência.

A questão “Por que permanecer?” é inquietante. Respostas como medo, vergonha, desconhecimento dos direitos, falta de apoio das pessoas mais próximas, crença em uma mudança de comportamento, proteção aos filhos, dependência financeira e emocional são recorrentes quando se trata de apontar os motivos pelos quais as mulheres permanecem com companheiros violentos. Estudar a violência no âmbito da conjugalidade implica em considerar a categoria violência simbólica<sup>9</sup> como aquela exercida na cumplicidade tácita dos que a sofrem e dos que a praticam, numa repetição de papéis que oscila entre dor e amor (GROSSI, 1998) e ultrapassando, em muito, os elementos referentes aos atos juridicamente tipificados como passíveis de ação penal.

Existem componentes que tangenciam a questão da violência de gênero que não podem ficar restritos simplesmente a uma ação criminosa a ser punida. Ao observar de perto essas dinâmicas

relacionais, motivações de toda ordem despontam na fluidez do relacionamento, como condutas não cumpridas, papéis não correspondidos, disposição para conflitos (GREGORI, 1993).

Os relatos de nossas interlocutoras na pesquisa mencionam o desejo, a convivência, a incerteza sobre seus sentimentos, o patrimônio construído em conjunto e a constatação de que sempre viveram relacionamentos atravessados pela violência como relevantes marcadores de sua permanência na relação. Há uma conjunção entre fatores individuais e coletivos na manutenção do relacionamento.

**Eu gosto muito dele!** Às vezes, a gente dorme junto. Às vezes, rola um clima bom. Ele diz que eu sou o amor da vida dele. A gente não transa sempre. Eu podia procurar coisa na rua. O outro eu traía. Ele, eu nunca traí. Eu não olho para o lado. Eu não tenho mais aquele negócio de ficar agarrada, abraçando, beijando. **Eu acho que é mais o costume,** a convivência. **Eu devo gostar dele um pouco.** Eu não sei se é porque a gente fica numa disputa por causa da casa ou se é porque eu não quero me relacionar mais com outra pessoa. Para bater cabeça com outra pessoa, continuo com ele (Mulher B).

Este outro trecho ressalta a importância de manter a convivência familiar:

Até onde eu pude aguentar, com toda droga, ele era um ótimo pai. Tinha os momentos de brincadeira, se eu saísse, quando voltava, tava de banho tomado, dava comida. Isso que prendia por quê? Aí eu volto no passado: toda minha história da minha mãe ter morrido no parto, de ter sido criada por outra família, apanhava, minha mãe (adotiva) não gostava de mim, só o meu pai era um amor comigo. Eu olhava aquilo, ele com as crianças, pensava, vou me anular, mas vou aguentar mais um pouquinho, elas naquela agarração com o pai. **Principalmente por eles permaneci e saí. Meu sonho é ter uma família** (Mulher C).

A ideia de ter uma casa, formar uma família com a presença dos filhos, e a predefinição das funções do homem e da mulher incluem um eixo moral sobre a noção de família, que se funda em um princípio de obrigação e estrutura relações (SARTI, 2005). Apesar dos distintos arranjos familiares, este modelo idealizado, da família pensada (SZYMANSKI, 1998) funciona como um parâmetro para homens e mulheres.

As declarações abaixo indicam que o gesto de denunciar está diretamente associado à disposição para uma ruptura 'definitiva'. E, para tal, as entrevistadas ratificam a necessidade de serviços públicos de proteção eficazes como contrapartida desta decisão.

As pessoas me encorajam a denunciar, mas não vai dar nada. **Uma outra mulher dele já fez registro uma vez, não vai mudar nada na minha vida.** Para dar queixa, você tem que ter uma atitude de vez na sua vida. Eu já tô como sem vergonha mesmo nessa história (gargalhadas). **Não sei se vale a pena denunciar, tem a medida protetiva, mas como é que vão saber se o cara vai ficar longe mesmo? Vai ficar alguém com ela o tempo todo? Se o cara se aproximar e matar? Se eles não tomarem uma medida séria, não funciona** (Mulher B).

Não dei parte porque não adianta! Você faz denúncia, exame de corpo de delito. Sai de lá o cara te mata! **Isso porque ele não pode chegar nem perto de você. Adianta?** Ele não vai preso. Agora **se tivesse uma medida que o cara fosse preso... Quantas mulheres tão morrendo?** Eu acho que se você dá parte, tem que ser uma vez. Você tem que saber muito bem o que você quer. Se não ele vai te bater de novo (Mulher C).

Denunciar seria pôr fim ao *modus operandi* de um jogo de provocações, condições psicológicas e até erotismo. É fundamental salientar que não estamos culpando as mulheres pela violência sofrida, senão provocando indagações sobre os significados que a violência pode assumir na relação.

Muitas são as formas de apropriação de uma lei. A queixa pode representar o gerenciamento de uma crise, uma forma de negociação na correlação de forças entre um casal (ROMEIRO, 2009). A Lei Maria da Penha propiciou algum nível de reorganização do campo das relações de gênero e violência, aumentando o cacife das mulheres ao se constituir como um recurso possível. Concomitantemente, ao criminalizar a violência, muitas situações que decorrem de contradições das relações sociais e de gênero ficam esquecidas no tratamento judicializante (RIFIOTIS, 2008).

Na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade dos agentes reside a questão de tentar encontrar a mediação entre o agente e a sociedade. O *habitus* conduz o agente a interiorizar a exterioridade, como estrutura estruturante que opera para manutenção da estrutura estruturada. A estrutura que ratifica a situação é tomada como natural porque 'esqueceu' que foi construída, da sua origem histórica e social. E é estruturante à medida que orienta a ação, a visão e o pensamento de todos os agentes em todas as posições do campo. Como adversários cúmplices, guiados por certo nível de convergência, os agentes contribuem para a reprodução do *habitus*.

Como num jogo, os agentes apostam e quem dispõe de menos capital demanda mais estratégia para mudar as posições no campo. No processo de socialização, valores, crenças, atitudes e comportamentos podem ser revisitados e, em conjunturas favoráveis, novos *habitus* também podem ser inculcados, estabelecendo a dinâmica do campo e direcionando a apreensão do mundo.

No entanto, a resistência também está presente no campo. Como uma contrapartida do poder, ela é exercida onde o poder é exercido. Onde a violência está presente, a resistência também está, desde que não se a análise de forma binária, como resistência/não resistência. Ressaltamos que as estratégias de resistência consistem no ato perene composto de esforços constantes, como parte de um processo, constituindo-se como mais abrangente do que o enfrentamento, próprio à reação a um evento pontual. Resistência e enfrentamento se firmam na fase da consolidação, onde a mulher, após perceber a violência instaurada, também se dá conta de que possui algum nível de poder. Resistir e enfrentar comportam desde a busca de apoio em outras mulheres nas mesmas circunstâncias, pessoas da sua família, amigos, a aparente submissão ao poder do companheiro, a regulação das emoções mantendo a aparência de normalidade, o silêncio, a omissão de informações e até mesmo o enfrentamento corpo a corpo em defesa dos filhos no momento em que eles são o alvo da violência do marido. Se em um caso extremo de violência ocorre um assassinato, o poder foi extinto junto com o objeto do seu exercício.

As narrativas apresentadas a seguir traduzem as estratégias de resistência construídas pelas mulheres envolvidas na pesquisa.

### **Estratégias de resistência e enfrentamento na dinâmica dos relacionamentos**

A mulher C, após um casamento de nove anos, três filhos, está separada há quatro anos. Conheceram-se e sempre moraram na localidade. Assistiu a seu parceiro aumentar gradativamente o uso de drogas até chegar ao crack, compartilhando o próprio quintal com outros usuários. O principal

elemento que valorizava em seu relacionamento era o fato de ter uma família e ver na figura do companheiro um bom pai:

Eu falei, pode me bater, mas bate mesmo, porque se eu levantar vai ficar ruim pra você. 'Por que você tem que me peitar na frente dos outros?' E eu peitava mesmo porque se não, eu iria apanhar dia e noite. Da última briga ele me deu um soco que eu fiquei um mês com dor. A gente saiu no tapa, só não rolou no chão porque eu tava com a bebê no colo. Ele começou a trazer uns amigos para fumar no quintal. Eu acordava às 6 horas da manhã com aquela falação. Aí eu levantei, tirei a calcinha, coloquei só o short do babydoll, sem sutiã e fui tirar roupa da corda, sem calcinha e sem sutiã. Quando ele viu, falou: "vamos embora que essa mulher tá maluca!" "MALUCA NÃO, EU NÃO FALEI PRA VOCÊ QUE EU NÃO QUERO NINGUÉM NO MEU QUINTAL? MINHA CASA NÃO É BOCA DE FUMO! BATE POLÍCIA AÍ VAI TODO MUNDO PRESO E EU AINDA PERCO A GUARDA DAS MINHAS CRIANÇAS!" (Mulher C).

É possível observar a escolha da estratégia de resistência de acordo com o momento, avaliando no conjunto das formas possíveis aquela que lhe parece mais apropriada. O momento do revide, do confronto, partindo em defesa própria ou dos filhos.

eu não dava muita confiança. Eu tinha que sair pra rua. Quanto mais tempo eu ficasse na rua era melhor. No dia que ele tava agitado, tava drogado, geralmente de madrugada, ele achava que tinha gente dentro de casa, falava, falava e eu deixava, depois dizia acabou? Não tô a fim de discutir, volta pra rua, ele voltava. Então, quando eu via que ele tava muito assim, eu não discutia (Mulher C).

Tendo iniciado seu relacionamento ainda na adolescência, a mulher D, com 34 anos e atualmente viúva, refere-se ao companheiro como o maior amor da sua adolescência. Excelente marido e pai, conheceram-se em outra favela da cidade. Ele era integrante do tráfico, querido por todos e visto como ótimo vizinho. Tiveram três filhos. Ele morreu assassinado numa briga de bar sob o efeito de drogas.

Não lembro a primeira vez que bateu, mas foi nova, bem antes do primeiro filho. Eu encarava ele também. Muito! Eu caía pra dentro dele, ele caía pra dentro de mim. Me deixava roxa, me deixava marca. Ele tava drogado, batia, uma vez ele viu um homem em cima de mim e eu dormindo. Ele apertou o meu pescoço, quando eu olhei no espelho, eu disse: "olha o que você fez comigo!" "Infelizmente, eu vi um cara em cima de você!" Não tinha cara nenhum. Ele pegou a pomada. Eu compreendia, porque a droga que fazia isso, entendeu? (Mulher D)

O depoimento abaixo apresenta a resistência por meio da supressão das emoções e o recurso à família como rede de apoio, porém não sem ambiguidades, visto que não pode expressar sentimentos como raiva, tristeza ou medo pode ser muito angustiante.

Eu tenho família pra pedir socorro, só não mora aqui perto, mas a minha mãe amava e admirava ele como genro. Dizia que ele era ótimo pai, ótimo genro, que o que estragava ele era só o vício. No dia que ele tava de ovo virado não tinha ninguém pra recorrer, todo mundo tinha medo dele. Ficava no silêncio, aguentando tudo, pedindo a Deus que me libertasse daquilo tudo, mas não dessa forma. Eu boto na minha cabeça que ele procurou a morte dele. Se tu sabe que aqui é uma favela, como tu vai agir daquela forma? (Mulher D)

A mulher B, com 41 anos, reside com o atual companheiro há 11 anos e possuem um filho de seis anos. Do relacionamento anterior, onde permaneceu também 11 anos, tem quatro filhos adolescentes e adultos. Narrando histórias recorrentes de violência, exemplifica as estratégias de resistência desenvolvidas na relação atual. Chama-nos a atenção a sua disposição para 'flertar' com uma reação mais drástica às violências vivenciadas, remetendo à reflexão já trazida sobre o jogo relacional onde não cabe uma explicação dual agressor versus vítima.

Eu já aprendi o macete. Ele grita e eu fico na minha. Quanto mais você falar mais ele vai pegar no seu pé. Então, eu canto, fico jogando no meu celular, finjo que não é comigo. Vou para cozinha fazer a comida. A pressão dele vai a 20, a 18. A minha está normal, eu não vou infartar por causa de ninguém. Uma vez eu quase enfiei a faca nele. Eu tenho mais medo de mim do que dele. Se eu quisesse matar eu já tinha matado. Porque uma vez eu botei a arma na cabeça dele, e ele dormindo. Tambor cheinho. E se eu quisesse? (Mulher B)

As histórias narradas pela Mulher B nos seus dois relacionamentos apresentam traços em comum, indicando um padrão, com um tom naturalizado que remete à ideia da dominação masculina (BOURDIEU, 2002), como expressão do habitus.

O primeiro batia. O segundo (um namorado que não chegou a morar junto) batia. O terceiro batia. Se eu arrumar o quarto, vai ser a mesma coisa. Então, é melhor ficar do jeito que está. (Mulher B)

Por outro lado, a aparente normalidade perante situações abusivas também corresponde a uma estratégia de resistência, visto que consiste no seu ato perene de resistir constituído de um esforço constante, porque houve momentos em que mobilizou recursos externos, acionando familiares e amigos. Interessante notar que B sai dos relacionamentos por sua própria decisão, sem qualquer oposição dos parceiros, sendo notória sua capacidade de agência.

Tem uma época que eu vou enjoando, junto meus panos de 'bunda' e vou embora, que nem eu fiz com o pai dos meus filhos. Peguei minha roupa, 'garrei' meus quatro filhos, pendurei tudo na bicicleta e saí. (Mulher B)

Por fim, se questiona quanto ao padrão mantido nos relacionamentos:

De vez em quando eu me pergunto, eu me pego falando sozinha. "Gente, será que é minha sina? Eu que gosto?" Não sei (risos). (Mulher B)

A mulher E e seu companheiro estão juntos há 10 anos. Afirma que, no início do relacionamento, ele representava uma oportunidade de ascensão financeira e social, mas o uso abusivo de álcool o fez perder boas chances de emprego. Em sua opinião, os desentendimentos com sua sogra são o principal disparador da violência no seu relacionamento. A narrativa abaixo nos permite refletir acerca dos lugares e papéis esperados de acordo com as convenções de gênero. Ao agir em consonância com o padrão, o homem exerce uma 'boa autoridade' (SARTI, 2005) sobre a família, se tornando digno de ser obedecido. Se o seu lugar de provedor é abalado, há consequências para o seu lugar de respeito.

Agora quem manda naquela casa sou eu, porque eu trabalho, eu sustento, então mando. Consegui o Bolsa Família. Ele abandonou os estudos. Podia ser mecânico da Marinha, mas hoje é quebra-galho lá no morro. E agora é alcoólatra mesmo. A mulher quando não tem carinho em casa, busca na rua. Eu me apeguei a um cara aí. Eu cheguei à conclusão de que homem não presta. Mas desse eu recebo carinho, ele me dá atenção. Eu não tenho nada com ele. Nunca transei. Nem beijei. Mas é o jeito de tratar. E esse cara me trata feito um bibelô e em casa mete a porrada na mulher. (Mulher E)

O depoimento da mulher E parte da existência de uma casa como locus da realização de viabilizar uma família e estruturar idealizações como: o homem provedor e a mulher dona de casa. As narrativas abaixo ilustram a importância da presença masculina em casa.

Eu aprendi isso: quando você tem um homem, você é casada, você é mais respeitada, ninguém mexe contigo. Quando você é sozinha, todo mundo quer humilhar, abusar, fazer e acontecer, principalmente vizinho. Muitas mulheres acham que você quer tomar o marido delas, entendeu? Qualquer homem que vai na sua casa você tá saindo com ele, você fica mal vista perante a comunidade. Você não tem respeito, só quando tem um homem. (Mulher C)

Ele me respeita. Nunca trouxe problema, se ele fez, fez longe de casa e fez muito bem feito. Nunca mulher nenhuma debochou da minha cara ou falou gracinha pra mim no meio da rua. **Eu ando na rua de cabeça erguida. Nunca me desrespeitaram aí na localidade e isso pesa muito. Por mais que ele tenha esse lado ignorante, ele me respeita nesse ponto.** O único problema dele é mandar demais, achar que por ele ser o homem eu tenho que fazer tudo que ele quer. (Mulher B)

Sobre a máxima popular que mulher gosta de apanhar, as palavras da mulher A, 66 anos, casada por 39 anos até descobrir que seu companheiro tinha uma relação paralela há 23 anos, traduzem a reação de afirmar com ênfase para si mesma o quanto ela não aceita a agressão física, que de fato nunca vivenciou, o que não a impediu de viver inúmeras situações de violência psicológica.

Eu não gosto não! Eu não gosto de apanhar! Não gosto mesmo. Porque eu apanhei muito da minha mãe. Do meu pai só me bateu uma vez, mas eu não gosto de apanhar. A gente vai empurrando com a barriga até enquanto dá (Risos). Quando não dá aí a gente larga, no meu ver é assim, mas eu não gosto de apanhar. Não gosto não. (Mulher A)

A mulher A apresenta suas estratégias para redefinir seu relacionamento após a descoberta da traição, somadas ao contexto onde se sentia humilhada pelo companheiro e pelos familiares dele.

(Ele) tem muita culpa. Eu falei: “agora eu não preciso de você. Preciso de Deus, de você não.” Tenho aqui (refere-se ao projeto social na comunidade). Graças a Deus! Agora eu posso tudo e ir embora. Eu só não vou porque eu ajudei muito ele a conseguir o que ele tem, nós temos. Por isso que eu não deixo. Eu falei pra ele: “você vai dividir tudinho que é meu, tudo que eu tenho direito”. Não sei porque nós voltamos, porque ele... muita gente fala: “Por que você voltou?” Não sei! E não é amor não! O bom é que ele não me deixa faltar nada. É isso, companhia! É isso! Eu acho que eu fiquei com ele para não ficar sozinha (Mulher A).

E continua:

Pra eu não fazer nada com ele, quando eu descobri tudo, eu fiz assim: “você vai sair daqui da minha casa”. Botei ele pra correr daqui. “Se você não sair eu vou colocar veneno na sua comida”. Se ele voar em mim, o que eu tiver, eu jogo nele. Eu jogo! Já joguei. Ele voltou pra mim porque ele quis. (Mulher A)



As afirmativas transcritas nos oferecem um painel da multiplicidade das questões e seus respectivos desdobramentos no que se refere à violência de gênero. As respostas, nem sempre inéditas para quem trabalha com a temática, ainda assim surpreendem e, concomitantemente, nos provocam a entender as razões pelas quais existem sujeitos que vivem a violência em suas vidas, transitando no lugar de quem a pratica e no de quem a suporta.

### **À guisa de conclusão**

Não obstante a importância em buscar e firmar direitos políticos, civis e sociais, alvo das ondas do movimento feminista, ainda se luta pela superação de uma violência motivada e expressa por uma hierarquização estruturada em posições de dominação (masculina) versus subordinação (feminina).

Na trajetória da vida em sociedade, muitos foram e são os paradigmas permeados por valores culturais que vêm regendo práticas sociais distintas, inclusive as discriminatórias, seja no mundo do trabalho, no público, na lógica da produção, seja nas relações familiares, no âmbito privado, no campo da reprodução e nas diversas instituições. Do mesmo modo, também se observa a busca de dispositivos que estabeleçam propostas mais igualitárias, engendrando a vida social, entre rupturas e permanências.

Os estudos de gênero possibilitaram a análise dos elementos historicamente constitutivos acerca das diferenças que contribuem para gerar desigualdades. Permitiram problematizar 'nós' culturalmente estabelecidos que reafirmam, ainda hoje, discursos naturalizados que oprimem. Discursos restritos aos lugares e papéis de homens e mulheres no campo das tarefas cotidianas, sendo necessário ampliar o debate para a esfera política, jurídica e social.

Importante pensar em relações mais equânimes para além de estabelecer legalidades igualitárias que, na prática, são insuficientes como barreiras a discriminações e violências fundadas nas diferenças. Refletir acerca da dialética entre a igualdade e a diferença, onde "temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza" (SANTOS, 2006, p. 462) prossegue tarefa a se perseguir e fomentar. É deste raciocínio que depreende a Lei Maria da Penha, posto que a sua maior contribuição e relevância consiste em criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Uma legislação específica, baseada em iniciativa equânime e necessária, posto que a igualdade entre homens e mulheres, já juridicamente garantida com base no artigo 5.º da Constituição Federal de 1988, constitui algo ainda a ser efetivado em nosso país.

Ainda assim, é importante salientar que o mote central da Lei Maria da Penha por vezes é interpretado principalmente no viés criminalizador, desta forma sendo transmutado de recurso protetivo em instrumento judicializante.

Perante o desejo punitivo sustentado por muitas vítimas de violência<sup>10</sup>, por profissionais (da assistência, do judiciário, da saúde), por militantes, pela mídia, confunde-se justiça com vingança, responsabilização com punição, reduzindo-se o potencial autônomo dos envolvidos em encontrar recursos outros para superar situações de violência. Não se pretende aqui, de forma alguma, minimizar os graves efeitos da violência de gênero, esvaziando a importância da responsabilização e/ou a necessidade de intervenções direcionadas a quem a pratica, mas sim refletir que existem elementos –

como a intensidade, a forma e o contexto – que interferem no grau das violações e que deveriam ser considerados na resposta ao enfrentamento da violência praticada.

Nas medidas contidas na Lei 11.340/2006<sup>11</sup>, a mulher em situação de violência acaba por ficar tutelada pelos agentes do Estado, reproduzindo assim a lógica patriarcal, onde sua capacidade de agência e sua autonomia se encontram significativamente reduzidas. Donde a necessidade de pensar em linhas de atuação que incluam questionar a desigualdade de gênero, dialogar sem moralismos sobre relações hierarquizadas, e igualmente sobre as especificidades contidas nas categorias masculino e feminino.

As estratégias de resistência desenvolvidas pelas mulheres sujeitos da presente pesquisa permitem lançar luzes sobre elementos que escapam à lógica legislativa e jurídica, traduzidos em especificidades de uma população feminina de um campo com agentes que demonstram *habitus* de classe e maior acúmulo de capital (BOURDIEU, 1989) que os representantes dos equipamentos de proteção do Estado.

Outro elemento importante, que pode ser observado nas declarações das entrevistadas, é a naturalização da violência em articulação com a questão de gênero como premissa de que ser alvo de violência é parte integrante do mundo feminino e uma lei não tem condições de resguardá-las. Seja por influência de fatores culturais ou psicológicos, existem aquelas que não acreditam na mudança do cenário. A situação de opressão feminina não se modifica apenas pela tomada de consciência (GREGORI, 1993); não se constrói um novo comportamento da noite para o dia. As mulheres, em suas especificidades de contexto, desenvolvem maneiras distintas de lidar com a situação de violência, e ter isto em conta não contradiz todos os avanços obtidos em décadas de luta por direitos e equidade.

As mulheres sujeitos desta pesquisa não agem aleatoriamente. Foi possível observar que as estratégias de resistência por elas acionadas compõem um conjunto adequado ao momento, englobando vasto repertório: a hora de ficar calada, de colocar um limite, de evadir ou sugerir/impor que o companheiro volte para rua, o enfrentamento corpo a corpo em defesa da sua integridade ou dos filhos, e ainda situações planejadas para um revide, até que possa efetivar a ruptura ou a redefinição da dinâmica do relacionamento no qual se encontram. Os relatos indicam que a cada evento, situação ou etapa da relação conjugal surgem novas indagações: a) se perguntam sobre suas participações nos episódios de violência, b) avaliam a manutenção da relação em prol dos filhos, ou como garantia da sua proteção e respeito diante da comunidade, c) reconhecem sentimentos de amor, dependência e medo como elementos presentes na (in)decisão pelo fim do relacionamento, d) ponderam a relevância de uma denúncia, demonstrando algum nível de conhecimento e de avaliação sobre a legislação vigente. Desta forma, perante tantos recursos próprios para negociar e administrar conflitos, é necessário questionar se o termo ‘mulher passiva’ corresponde à realidade das mulheres entrevistadas.

Donde a importância de se ampliar as linhas de investigação interessadas em aprofundar as transformações no nível macro que operam mudanças no nível micro. Assim como das inúmeras motivações – com a contribuição dos diferentes campos do saber – que envolvem duas pessoas numa relação de violência.

As relações sociais de gênero se dão entre homens e mulheres e entre mulheres com outras mulheres, que por sua vez geram uma sucessão com muitos matizes do que é ser mulher, não se

restringindo, portanto, a características unificadas, ou ainda binárias (tradicionais ou 'modernas'), evidenciando a impossibilidade de uma única interpretação sobre suas experiências. Neste processo, os homens também não podem ser vistos como únicos, finalizados, integrantes de um bloco homogêneo, pois assim eles também estão aprisionados num estereótipo dominador, impedidos de manifestar sensibilidade, e que só expressam sua insatisfação por meio da violência, configurando uma armadilha que pode gerar conflitos e sofrimento para todos.

O profissional que atua na mediação das relações sociais muito tem a ganhar ao agregar tais preocupações a sua escuta, sua observação, sua prática e suas pesquisas, a fim de superar um olhar estigmatizante, censurador, que culpabiliza uma mulher que não denuncia um parceiro violento ou ainda a vitimiza, não reconhecendo suas potencialidades para lidar com a situação de violência. Valorizar as experiências de quem vive a violência constitui dimensão relevante para fortalecer as mulheres, reconhecer e ressaltar suas potencialidades, identificar em conjunto alternativas, estratégias criativas e a força para resistir.

As mulheres se fortalecem entre si, então reuni-las para trocas de experiências pode ser mais que um mero desabafo. Teria sido no amadurecimento das conversas nas reuniões do grupo reflexivo que originaram a questão de pesquisa que poderíamos construir novas percepções? Oportunidade esta para reconhecermos dores, experiências, fortalezas e estratégias? Não que elas não possam produzir rupturas por si mesmas, mas a possibilidade de acompanhar os seus processos, entender contradições, é um privilégio para o pesquisador e profissional que deseja enriquecer o seu saber.

Valorizar suas estratégias e ao mesmo tempo questionar determinados valores, habitus reproduzidos, estabelecendo uma relação com a dimensão cultural cotidiana das relações pessoais, interpessoais e sociopolíticas (FERRER, 2011) para, em um contexto mais amplo, em uma conjuntura apropriada, movimentar as posições dos agentes no campo e instituir novos habitus, no sentido de construção de relações mais equânimes.

## Notas

<sup>1</sup> O conceito de estratégias de resistência visa a caracterizar o processo através do qual, mulheres em situação de violência avaliam os riscos assim como o controle, recursos internos e externos de que dispõem para lidar com a referida situação desafiando o poder masculino, seja na família, nas instituições ou na sociedade.

<sup>2</sup> Diferentes autoras dedicaram-se a nomear a violência que envolve as mulheres e seus parceiros (ver GREGORI, 1993; SAFFIOTI, 1995, 2002 e 2004; SANTOS e IZUMINO, 2005). Almeida (2007) destaca a incompletude das diferentes terminologias: violência contra mulher, violência doméstica ou violência de gênero. Neste artigo trabalharemos com a terminologia violência de gênero por entender que ela aponta a ocorrência da violência dentro das relações produzidas socialmente, daí o seu caráter relacional.

<sup>3</sup> O conceito de pobreza adotado neste artigo baseia-se em Telles (1993). Trata-se de um fenômeno complexo, multicausal, heterogêneo, que sofre interferências de elementos qualitativos e quantitativos representados por um acúmulo de deficiências socioeconômicas e culturais. Não se norteia somente pela renda financeira aquém das necessidades materiais, mas por um processo de exclusão também de ordem política, social e cultural que agrega problemas de saúde, moradia, desemprego, educação.

<sup>4</sup> Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm).

<sup>5</sup> O conceito de capital não se restringe à esfera econômica. A posição no campo é determinada pela quantidade de capital cultural que o agente possui e o quantum também favorece acesso a mais capital. O conjunto dos

capitais cultural, social, simbólico, econômico, aumenta a possibilidade de influência e a mobilidade do agente no campo, visto que o capital se refere a toda matéria ou bem que pode ser negociada num embate social (BOURDIEU, 1972).

<sup>6</sup> Habitus é caracterizado como um “sistema de disposições duráveis, estruturas e estruturantes, isto é, como princípios de geração e de estruturação e de representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’, sem ser, de forma alguma, o produto da obediência às regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, sendo tudo isso, coletivamente orquestrado sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (BOURDIEU, 1972, p. 175).

<sup>7</sup> Campo é aqui entendido como o conjunto de relações históricas objetivas e concretas estabelecidas entre agentes e/ou grupos de dada sociedade, o que implica numa constante administração de conflitos de interesses dos diversos segmentos e/ou indivíduos que o compõem (OLIVEIRA, 1999, p. 3).

<sup>8</sup> Há uma lógica social que engendra a noção de vítima e está presente nas ações sociais e nas políticas públicas. Denominado por Sarti (2011) de enclausuramento epistemológico, reduz o debate e impede o estranhamento das nossas próprias referências de sentido.

<sup>9</sup> “Como adversários cúmplices, dominantes e dominados reproduzem a estrutura, e a violência simbólica, historicamente construída, age suave favorecendo a interiorização coercitiva do externo. Ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima” (BOURDIEU, 1989, p. 146).

<sup>10</sup> Neste caso é justificável, pois a violência é constituída de um vetor para um grupo mais vulnerabilizado, que historicamente experimenta na própria pele.

<sup>11</sup> Por exemplo, a possibilidade de registro de uma queixa realizada por qualquer pessoa, independente da vontade da vítima; a possibilidade do encarceramento do autor da violência; e a proibição da retirada da queixa até o momento da audiência perante o juiz.

## Referências

- ALMEIDA, Suely Souza de (Org.). *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- BILAC, Elisabete. Sobre as transformações nas estruturas familiares. Notas muito preliminares. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara. (Orgs.) *Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995, p. 43-61.
- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève-Paris: Librairie Droz, 1972.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner, 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. *Lei nº 11.340*, de 7 de agosto de 2006. Presidência da República. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em outubro de 1988. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- CORTIZO, Maria del Carmen; GOYENECHÉ, Priscila Larratea. Judicialização do privado e violência contra a mulher. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 102-109, jan./jun. 2010.
- FERRER, Diana Valle. *Espacios de libertad: mujeres, violencia domestica y resistencia*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2011.
- GREGORI, Maria. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GROSSI, Mirian Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência. In: GROSSI, Mirian Pillar; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Masculino, feminino e plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998, p. 293-314.
- MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (Orgs.). *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.
- MORAES, Aparecida Fonseca; GOMES, Carla. O caleidoscópio da violência conjugal: instituições, atores e políticas no Rio de Janeiro. In: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (Orgs.). *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 75-108.
- OLIVEIRA, Antonio Carlos. *(Des)Caminhos na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

- POUGY, Lilia Guimarães. Desafios políticos em tempos de Lei Maria da Penha. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 76-85, jan./jun. 2010.
- RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 225-236, jul./dez. 2008.
- ROMEIRO, Julieta. A Lei Maria da Penha e os desafios da "violência conjugal" no Brasil. In: MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila (Orgs.). *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 49-74.
- SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza. *Violência de Gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SAFFIOTI, Heleieth. Violência contra a mulher e violência de doméstica. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 321-338.
- \_\_\_\_\_. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, Boaventura. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Revista Estudos Interdisciplinários de América Latina y El Caribe*. E.I.A.L., Tel Aviv, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.
- SARTI, Cynthia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. A vítima como figura contemporânea. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51- 61. jan./abr. 2011.
- SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes Maria. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 295-320.
- SZYMANSKI, Heloisa. Significados de família. In: LOCH, Graciela; YUNES, Maria Angela M. (Orgs.). *A família que se pensa e a família que se vive*. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 1998, p. 9-17.
- TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 6, n. 19, p. 8-21, dez. 1993.

Recebido em: ago. 2017.  
Aceito em: dez. 2017.

---

*Antônio Carlos de Oliveira*: Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Docente do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: antoniocarlos@puc-rio.br

*Luciana Moreira de Araújo*: Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: lma17rj@gmail.com